



BOLETIM OFICIAL

PARTE B

ASSEMBLEIA NACIONAL

Resolução n.º 143/X/2025

Deferindo o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado Mário Celso Alves Teixeira. 3

Despacho Substituição n.º 123/X/2025

Substituindo o Deputado Mário Celso Alves Teixeira por Maria de Fátima Silva. 4

Secretaria-Geral

Extrato do Despacho n.º 583/2025

Nomeando Adélcio de Jesus Semedo Soares, para em Comissão de Serviço exercer as funções inerentes ao cargo de Secretário do Presidente da Assembleia Nacional. 5

PARTE C

MINISTÉRIO DA FAMÍLIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho n.º 584/2025

Autorizando a exoneração voluntária de Risolena Benholiel, Licenciada em Direito, do cargo de Delegada Regional do Trabalho. 6

MINISTÉRIO DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direção Nacional da Administração Pública

Extrato do Despacho n.º 585/2025

Aposentando João José Gonçalves Pires, 2º Subchefe ref.4, esc. B, do Quadro de Pessoal do Ministério da Administração Interna. 7

Extrato do Despacho n.º 586/2025

Aposentando João Gonçalves, ex-Estivador, do Quadro de Pessoal do Instituto Marítimo e Portuário. 8

Extrato do Despacho n.º 587/2025

Aposentando Filipa de Fátima Barros, ex-Professora do Ensino Básico Integrado, do Quadro de Pessoal do Ministério da Educação. 9

Extrato do Despacho n.º 588/2025

Aposentando Cirilo António Cidário, 2º Subchefe ref.4, esc.B, do Quadro de Pessoal do Ministério da Administração Interna 10

Extrato do Despacho n.º 589/2025

Aposentando Arlindo Mendes Furtado, Comissário ref. 9, esc. A, do Quadro de Pessoal do Ministério da Administração Interna. 11

MINISTÉRIO DA SAÚDE***Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão*****Extrato do Despacho n.º 29/2025**

Nomeando em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, Maria José Monteiro, para em Comissão de Serviço, exercer as funções de Diretora do Serviço de Gestão dos Recursos Humanos do Ministério da Saúde. 12

PARTE D**CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL****Extrato de Deliberação n.º 067/2024-25**

Nomeando definitivamente no Quadro de Pessoal das Secretarias Judiciais, os Oficiais de Diligências aprovados no estágio probatório. 13

PARTE G**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL*****Câmara Municipal*****Extrato de Deliberação n.º 80/2025**

Promovendo os funcionários da Câmara Municipal de São Miguel, que se indicam. 17

PARTE II**CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL****Anúncio de Concurso Comum Externo n.º 06/CSMJ-OJ/2025**

Torna-se público que se encontra aberto, um Concurso para seleção de candidatos à formação para preenchimento de 25 (vinte e cinco) vagas de oficiais de diligências na carreira de Pessoal Oficial, do Quadro de Pessoal das Secretarias Judiciais. 18

PARTE J**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA*****Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação*****Extrato de Publicação da Sociedade n.º 287/2025**

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que na Conservatória, se encontra exarada um registo de alteração da denominação e do objecto social da sociedade anónima denominada: “ TOWER IMOBILIÁRIA, S.A.” 20

Extrato de Publicação da Associação n.º 288/2025

Certifica narrativamente para efeito de publicação que na Conservatória foi registada a constituição de uma associação denominada: “ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO – CABO VERDE.” 21

Extrato de Publicação da Associação n.º 289/2025

Certifica narrativamente para efeito de publicação que na Conservatória, foi registada a constituição de uma associação denominada: “FUNDO SOCIAL DO COMANDO DAS UNIDADES ESPECIAIS (FS-CUE) - ASSOCIAÇÃO.” 23

ASSEMBLEIA NACIONAL**Resolução n.º 143/X/2025**

Sumário: Deferindo o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado Mário Celso Alves Teixeira.

Ao abrigo da alínea a) do artigo 44º do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão Permanente delibera o seguinte:

Artigo Único

Deferir o pedido de suspensão temporária do mandato do Deputado Mário Celso Alves Teixeira, eleito na lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral da África, para o período de 06 a 15 de junho de 2025.

Aprovada em 02 de junho de 2025.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, em exercício, *Emanuel Alberto Duarte Barbosa*.

ASSEMBLEIA NACIONAL**Despacho Substituição n.º 123/X/2025**

Sumário: Substituindo o Deputado Mário Celso Alves Teixeira por Maria de Fátima Silva.

Ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 12º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4º, 5º e n.º 2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do PAICV, o pedido de substituição temporária do mandato do Deputado Mário Celso Alves Teixeira, eleito na lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral da África, pela candidata não eleita da mesma lista, Senhora Maria de Fátima Silva.

Publique-se.

Assembleia Nacional, aos 02 de junho de 2025. — O Presidente da Assembleia Nacional, em exercício, *Emanuel Alberto Duarte Barbosa*.

ASSEMBLEIA NACIONAL
Secretaria-Geral**Extrato do Despacho n.º 583/2025**

Sumário: Nomeando Adélcio de Jesus Semedo Soares, para em Comissão de Serviço exercer as funções inerentes ao cargo de Secretário do Presidente da Assembleia Nacional.

Extrato do Despacho de S. Ex.^a o Presidente da Assembleia Nacional

De 20 de maio de 2025

Adélcio de Jesus Semedo Soares, é nomeado para exercer em comissão de serviço as funções inerentes ao cargo de Secretário do Presidente da Assembleia Nacional, nos termos da alínea g) do artigo 25.º e do artigo 28.º da Lei n.º 74/IX/2020, de 02 de março, alterada e republicada pela Lei n.º 123/IX/2021, de 15 de abril, conjugados com os artigos 8.º, 11.º, 12.º e 14.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei n.º 83/VII/2011, de 10 janeiro, e com o Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de setembro, com efeitos a partir de 20 de maio de 2025.

A despesa tem cabimento no código 02.01.01.01.01 do orçamento privativo da Assembleia Nacional.

(Isento do Visto do Tribunal de Contas)

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 02 de junho de 2025. — O Secretário-Geral, *Angelino Gomes Coelho*.

MINISTÉRIO DA FAMÍLIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho n.º 584/2025

Sumário: Autorizando a exoneração voluntária de Risolena Benholiel, Licenciada em Direito, do cargo de Delegada Regional do Trabalho.

Extrato de Despacho de S. Ex^a. o Ministro da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social

De 29 de maio de 2025

É autorizada a exoneração voluntária, da Sra. Risolena Benholiel, Licenciada em Direito, do cargo de Delegada Regional do Trabalho na ilha do Sal, ao abrigo da alínea d) do artigo 93º e alínea a) do n.º 1 do artigo 94, da Lei n.º 20/X/2023 de 24 de março, com efeitos a partir de 02 de maio de 2025.

Praia, aos 29 de maio de 2025. — O Diretor Geral, *Leodemilo Vieira*.

**MINISTÉRIO DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Direção Nacional da Administração Pública

Extrato do Despacho n.º 585/2025

Sumário: Aposentando João José Gonçalves Pires, 2º Subchefe ref.4, esc. B, do Quadro de Pessoal do Ministério da Administração Interna.

Extrato de Despacho do Diretor de Serviço de Segurança Social por subdelegação de competências do Director Nacional da Administração Pública, ao abrigo do Despacho n.º 32/2025 de 11 de abril.

De 21 de abril de 2025

João José Gonçalves Pires, 2º subchefe ref.4, esc. B, do quadro de pessoal do(a) Ministério da Administração Interna, aposentado(a), nos termos do n.º 3 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência (EAPS), aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de dezembro, conjugado com a alínea c) do artigo 70º do Decreto-Legislativo n.º 8/2010, de 28 de setembro, que aprova o Estatuto do Pessoal Policial da Polícia Nacional, com direito à pensão provisória anual de 1 467 192,00 (um milhão quatrocentos e sessenta e sete mil cento e noventa e dois escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 26 de maio de 2025)

Direção Nacional da Administração Pública, Praia, aos 3 de junho de 2025. — O Diretor SSS,
António Centeio.

MINISTÉRIO DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direção Nacional da Administração Pública

Extrato do Despacho n.º 586/2025

Sumário: Aposentando João Gonçalves, ex-Estivador, do Quadro de Pessoal do Instituto Marítimo e Portuário.

Extrato de Despacho do Diretor de Serviço de Segurança Social por subdelegação de competências do Director Nacional da Administração Pública, ao abrigo do Despacho n.º 32/2025 de 11 de abril.

De 21 de abril de 2025

João Gonçalves, ex-Estivador do quadro de pessoal do(a) Instituto Marítimo e Portuário, aposentado(a), nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência (EAPS), aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de dezembro, com direito à pensão provisória anual de 72000,00 (setenta e dois mil escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 13 anos, 1 mês(es) e 27 dia(s) de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 07 de fevereiro de 2025 do Director(a) Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 3 anos, 1 mês(es) e 26 dia(s).

O montante em dívida no valor de 145 206,00 (cento e quarenta e cinco mil duzentos e seis escudos), poderá ser amortizado em 158 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 766,00 CVE e as restantes de 920,00 CVE.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 26 de maio de 2025)

Direção Nacional da Administração Pública, Praia, aos 3 de junho de 2025. — O Diretor SSS,
António Centeio.

MINISTÉRIO DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direção Nacional da Administração Pública

Extrato do Despacho n.º 587/2025

Sumário: Aposentando Filipa de Fátima Barros, ex-Professora do Ensino Básico Integrado, do Quadro de Pessoal do Ministério da Educação.

Extrato de Despacho do Diretor de Serviço de Segurança Social por subdelegação de competências do Director Nacional da Administração Pública, ao abrigo do Despacho n.º 32/2025 de 11 de abril.

De 21 de abril de 2025

Filipa de Fátima Barros, ex-Professora do Ensino Básico Integrado do quadro de pessoal do(a) Ministério da Educação, aposentado(a), nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência (EAPS), aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de dezembro, com direito à pensão provisória anual de 87 444,00 (oitenta e sete mil quatrocentos e quarenta e quatro escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 10 anos e 1 dia(s) de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 02 de abril de 2025 do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 10 anos, 0 mês(es) e 0 dia(s).

O montante em dívida no valor de 401 026,00 (quatrocentos e um mil e vinte e seis escudos), poderá ser amortizado em 669 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 226,00 CVE e as restantes de 600,00 CVE.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 26 de maio de 2025)

Direção Nacional da Administração Pública, Praia, aos 3 de junho de 2025. — O Diretor SSS,
António Centeio.

**MINISTÉRIO DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Direção Nacional da Administração Pública

Extrato do Despacho n.º 588/2025

Sumário: Aposentando Cirilo António Cidário, 2º Subchefe ref.4, esc.B, do Quadro de Pessoal do Ministério da Administração Interna.

Extrato de Despacho do Diretor de Serviço de Segurança Social por subdelegação de competências do Director Nacional da Administração Pública, ao abrigo do Despacho n.º 32/2025 de 11 de abril.

De 21 de abril de 2025

Cirilo António Cidário, 2º subchefe ref. 4, esc. B do quadro de pessoal do(a) Ministério da Administração Interna, aposentado(a), nos termos do n.º 3 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência (EAPS), aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de dezembro, conjugado com a alínea c) do artigo 70º do Decreto-Legislativo n.º 8/2010, de 28 de setembro, que aprova o Estatuto do Pessoal Policial da Polícia Nacional, com direito à pensão provisória anual de 1 353 900,00 (um milhão trezentos e cinquenta e três mil e novecentos escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 26 de maio de 2025)

Direção Nacional da Administração Pública, Praia, aos 3 de junho de 2025. — O Diretor SSS,
António Centeio.

**MINISTÉRIO DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Direção Nacional da Administração Pública

Extrato do Despacho n.º 589/2025

Sumário: Aposentando Arlindo Mendes Furtado, Comissário ref. 9, esc. A, do Quadro de Pessoal do Ministério da Administração Interna.

Extrato de Despacho do Diretor de Serviço de Segurança Social por subdelegação de competências do Director Nacional da Administração Pública, ao abrigo do Despacho n.º 32/2025 de 11 de abril.

De 21 de abril de 2025

Arlindo Mendes Furtado, Comissário ref.9, esc. A do quadro de pessoal do(a) Ministério da Administração Interna, aposentado (a), nos termos do n.º 3 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência (EAPS), aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de dezembro, conjugado com a alínea b) do artigo 70º do Decreto-Legislativo n.º 8/2010, de 28 de setembro, que aprova o Estatuto do Pessoal Policial da Polícia Nacional, com direito à pensão provisória anual de 2 353 308,00 (dois milhões trezentos e cinquenta e três mil trezentos e oito escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 26 de maio de 2025)

Direção Nacional da Administração Pública, Praia, aos 3 de junho de 2025. — O Diretor SSS,
António Centeio.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho n.º 29/2025

Sumário: Nomeando em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, Maria José Monteiro, para em Comissão de Serviço, exercer as funções de Diretora do Serviço de Gestão dos Recursos Humanos do Ministério da Saúde.

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 196.º da Lei n.º 20/X/223, de 24 de março, conjugado com o n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 56/2021 de 21 de setembro, e com os art.º 8.º e 33.º, ambos do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 04 de novembro, é nomeada em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, Maria José Monteiro, para em comissão de serviço, exercer as funções de diretora do Serviço de Gestão dos Recursos Humanos do Ministério da Saúde.

O presente despacho produz efeitos a partir da publicação no Boletim Oficial.

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, Praia, aos 03 de junho de 2025. — O Diretor Geral, *Albertino Fernandes*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL**Extrato de Deliberação n.º 067/2024-25**

Sumário: Nomeando definitivamente no Quadro de Pessoal das Secretarias Judiciais, os Oficiais de Diligências aprovados no estágio probatório.

Extrato de Deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial

De 30 de maio de 2025

No uso da competência conferida pela alínea f) do artigo 29º da Lei n.º 90/VII/2011, de 14 de fevereiro, conjugado com o n.º 1 do artigo 39º do Decreto-Lei n.º 33/22017, de 25 de julho, são nomeados definitivamente no quadro de pessoal das Secretarias Judiciais, os seguintes oficiais de diligências, com efeitos imediatos:

Agnelo Joaquim Oliveira dos Reis Borges Monteiro, Oficial de Diligências, Nível I, colocado no Tribunal Judicial da Comarca da Brava;

Pedro Fernandes Rodrigues, Oficial de Diligências, Nível I, colocado no Tribunal da Comarca dos Mosteiros;

Zelinda Ailene Andrade Rodrigues, Oficial de Diligências, Nível I, colocada na Secretaria Central do Tribunal da Comarca de São Vicente;

Janísia da Ressurreição Monteiro Lima, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no Tribunal da Comarca do Porto Novo;

Aretha Lorena Gomes Fortes, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no Juízo de Família, Menores e Trabalho do Tribunal da Comarca de São Vicente;

Iliane da Conceição da Veiga Mendes, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no Juízo Crime do Tribunal da Comarca de Santa Catarina;

Benilde de Ávila Monteiro Silva, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no 1º Juízo de Família e Menores do Tribunal da Comarca da Praia;

Delvany da Graça dos Santos, Oficial de Diligências, Nível I, colocado no Tribunal da Comarca do Maio;

Neuselino Lopes Monteiro, Oficial de Diligências, Nível I colocado no 2º Juízo de Família e Menores do Tribunal da Comarca da Praia;

Tânia Claudia Dias Moraes, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no Tribunal de Execução de Penas e Medidas de Segurança de Barlavento;

Nelson Rolando Silva Pina, Oficial de Diligências, Nível I, colocado no Juízo Cível do Tribunal da Comarca de São Filipe;

Edmira da Conceição Correia Tavares, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no Tribunal de Execução de Penas e Medidas de Segurança de Sotavento;

Jerimias António Correia Semedo, Oficial de Diligências, Nível I, colocado no Juízo Crime do Tribunal da Comarca de Santa Catarina;

Rosinelda Cristina Lopes David, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no Tribunal da Comarca do Paul;

Cleusa Maisa Semedo Ribeiro, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no 3º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia;

Nádia Maria Fernandes Monteiro, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no 1º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia;

Silmara de Jesus Gonçalves Moniz, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no 4º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia;

Marlene Helena Delgado, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no Tribunal da Comarca da Ribeira Grande;

Jassira Zeleida Furtado Correia, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no Tribunal da Comarca de São Miguel;

Vera Lucia do Rosário da Luz, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Barlavento;

Luís Augusto Gomes Ribeiro, Oficial de Diligências, Nível I, colocado no 3º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia;

Ivânia Patrícia Glória Sanches, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no 2º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia;

Nilton Jacinto Gomes Silva, Oficial de Diligências, Nível I, colocado no 1º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia;

José Ananias Cabral Gomes, Oficial de Diligências, Nível I, colocado no 2º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia;

Borinca Adélia Silva Ferreira, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Boa Vista;

Mónica Sofia Gomes Moreira, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no Juízo Crime do Tribunal da Comarca do Tarrafal;

Belidyanne Dourine Correia Moreno Tavares, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no 1º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia;

Elizandro Santos Veiga, Oficial de Diligências, Nível I, colocado no 4º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia;

Rosilene da Cruz Delgado, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no 2º Juízo Crime do Tribunal da Comarca de São Vicente;

Osvaldo Rui Fernandes Varela, Oficial de Diligências, Nível I, colocado no Juízo Crime do Tribunal da Comarca de Santa Catarina;

Cleize Maria Mendes Tavares, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento;

Nelson Jorge Tavares Aparício, Oficial de Diligências, Nível I, colocado no 1º Juízo de Família e Menores do Tribunal da Comarca da Praia;

Sónia Sofia da Veiga Cabral, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no 4º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia;

Gilson Barreto Ribeiro Cardoso, Oficial de Diligências, Nível I, colocado no 3º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia;

Virgínia Isabel de Pina Fonseca Burgo Gomes, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no Tribunal da Comarca da Brava;

Ailine Simone Barros do Rosário, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no Juízo Cível do Tribunal da Comarca do Sal;

Fernanda Helena Monteiro Garcia, Oficial de Diligências, Nível I, colocada no 2º Juízo de Família e Menores do Tribunal da Comarca da Praia;

Eder Correia Mendes, Oficial de Diligências, Nível I, colocado no 4º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia;

José Carlos Tavares Cahele, Oficial de Diligências, Nível I, colocado no Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Catarina.

Esta conforme.

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, aos 30 de maio de 2025. — O
Secretário do CSMJ, *Joaquim Semedo*.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL
Câmara Municipal

Extrato de Deliberação n.º 80/2025

Sumário: Promovendo os funcionários da Câmara Municipal de São Miguel, que se indicam.

De 13 de maio de 2025

(Que aprova a promoção dos funcionários da Câmara Municipal de São Miguel)

A Câmara Municipal de São Miguel, na sua 8ª (oitava) reunião ordinária de 13 de maio de 2025, deliberou por unanimidade, promover ao abrigo do disposto da Lei n.º 134/IV/95, de 03 de julho, que aprova o Estatuto dos Municípios, conjugado com o n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 4/2024, de 30 de janeiro, que aprova o PCFR, para o segundo Nível de remuneração da categoria Técnico Júnior, os seguintes funcionários: Aguida Benedita da Veiga, Emanuel Correia Semedo, Odimisa de Jesus dos Santos Aguiar Souza.

Câmara Municipal de São Miguel, na cidade de Calheta, aos 27 de maio de 2025. — O Presidente, *Herménio Celso Silva Gomes Fernandes*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL**Anúncio de Concurso Comum Externo n.º 06/CSMJ-OJ/2025**

Sumário: Torna-se público que se encontra aberto, um Concurso para seleção de candidatos à formação para preenchimento de 25 (vinte e cinco) vagas de oficiais de diligências na carreira de Pessoal Oficial, do Quadro de Pessoal das Secretarias Judiciais.

Faz-se público que, de harmonia com a deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial de 07 de março de 2025, se encontra aberto, um concurso para seleção de candidatos à formação para preenchimento de 25 (vinte e cinco) vagas de oficiais de diligências na carreira de Pessoal Oficial de Justiça, ao abrigo das disposições combinadas do Decreto-Lei n.º 24/2024, de 04 de junho, artigos 26º, 28º, e 29º do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 25 de julho.

1. Entidade promotora do concurso: Conselho Superior da Magistratura Judicial
2. Função/cargo: Oficial de Diligências, Nível I
3. Número de vagas: 25 (vinte e cinco)
4. Quota para pessoa com deficiência: 0%
5. Regime: Carreira
6. Natureza do vínculo: regime de nomeação provisória, para efeito de estágio probatório.
7. Remuneração: 80% da remuneração base durante o período de estágio probatório, findo do qual, mediante aprovação no referido estágio será nomeado definitivo e terá direito ao salário base no valor de 42.890\$00 mais o Subsídio de exclusividade de 7.000\$00 (nos termos do artigo 40º do EPOJ);
8. Local de trabalho – Tribunais das Comarcas de Cabo Verde.
9. Requisitos obrigatórios:
 - a) Ter nacionalidade cabo-verdiana, quando não dispensada pela constituição, convecção internacional ou lei especial;
 - b) Maioridade;
 - c) Ter robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao específico exercício das respetivas funções;
 - d) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não estar interditado para o exercício daquelas se se propõe desempenhar;

e) Nunca ter sido condenado, salvo se reabilitado;

f) Ter 12º ano de escolaridade.

10. O Regulamento do concurso é publicado no site do CSMJ, www.csmj.cv, página eletrónica do CSMJ.

11. As candidaturas devem ser formalizadas através de requerimento dirigido a S. Ex.^a o Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial e entregue nas Secretarias dos Tribunais das Comarcas ou no Conselho Superior da Magistratura Judicial, localizado em Achada de Santo António, CP n.º 153-A, Praia, ou ainda através do endereço eletrónico csmj.concurso25@gmail.com.

12. O prazo de submissão de candidatura é de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do regulamento do concurso no site www.csmj.cv.

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, aos 02 de junho de de 2025. — O Secretário do CSMJ, *Joaquim Semedo*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

Extrato de Publicação da Sociedade n.º 287/2025

Sumário: Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que na Conservatória, se encontra exarada um registo de alteração da denominação e do objecto social da sociedade anónima denominada: “TOWER IMOBILIÁRIA, S.A.”

Extrato

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, a meu cargo, se encontra exarada um registo de alteração da denominação e do objecto social da sociedade anónima denominada “Tower Imobiliária, S.A.” NIF:2821633010, com sede em Boa Vista, com o capital de duzentos mil escudos, matriculada sob o n.º 4822520191009

Artigos alterados: 1º e 3º

Artº 1º

A sociedade odopta-se a denominação “Tower,
S.A.”

Art.

A sociedade tem por objecto, Alojamento Turístico; Estabelecimentos Hoteleiros; Outros Locais de Alojamento; Restauração e Bar

Conservatória do Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe da Boa Vista, aos 31 de maio de 2025. — A Conservadora, *Isabel Maria Gomes da Veiga*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

Extrato de Publicação da Associação n.º 288/2025

Sumário: Certifica narrativamente para efeito de publicação que na Conservatória foi registada a constituição de uma associação denominada: “ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO – CABO VERDE.”

Extrato

Certifico narrativamente para efeito de publicação, nos termos do artigo 9.º, número 1, alínea b) da Lei número 25/VI/2003, de 21 de julho, que nesta Conservatória a meu cargo foi registada, nos termos seguintes, a constituição de uma associação denominada “ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO – CABO VERDE”, contribuinte fiscal número 500009260, com sede na cidade da Praia, de duração indeterminada, tendo por objeto: a) Promover e apoiar obras, projetos e serviços de caridade; b) Incentivar e apoiar serviços de assistência e promoção social; c) Combater e mitigar a injustiça social; d) Desenvolver e intensificar a vivência espiritual e de fraternidade entre os associados e as pessoas desfavorecidas; e) Divulgar e implementar as práticas, regras e a tradição da Sociedade São Vicente de Paulo; f) Estabelecer parcerias com outras organizações nacionais ou internacionais, instituições públicas ou privadas e com as entidades religiosas; g) Promover as demais ações que contribuem para o desenvolvimento e a expansão da comunidade de São Vicente de Paulo.

PATRIMÓNIO INICIAL: 441.875\$00 (quatrocentos e quarenta e um mil, oitocentos e setenta e cinco escudos)

TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DESIGNADOS:**Conselho Diretivo:**

Presidente: Sofia Patrícia Gomes Vieira; Nif: 129001252.

Vice-Presidente: Silvino António Silva Correia, Nif: 109873475.

Tesoureira: Adele Noelle Rodrigues Moreira; Nif: 134092716.

Assembleia Geral:

Presidente: Ludmila da Veiga Moreira; Nif: 108164705.

Vice-Presidente: Káthia Helena Cardoso Tavares, Nif: 117008800.

Secretária: Maria Socorro Rodrigues Tavares; Nif: 184395909.

Conselho Fiscal:

Presidente: Esperança Pereira Gomes; Nif: 116735910.

Secretária: Elisângela Batista, Nif: 122724690.

Relator: João Alberto da Silva Coreia; Nif: 105336645.

DURAÇÃO DE MANDATO: 4 (anos) anos.

FORMA DE OBRIGAR: 1. A Associação vincula-se pelas assinaturas de dois membros do Conselho Diretivo, sendo uma a do Presidente e outra do Tesoureiro. 2. Em caso de ausência ou impedimento do Presidente, este é substituído pelo Vice-presidente.

Está conforme o original.

Conservatória de Registo das Pessoas Coletivas, aos 30 de maio de 2025. — O Conservador,
Victor Manuel Furtado da Veiga.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

Extrato de Publicação da Associação n.º 289/2025

Sumário: Certifica narrativamente para efeito de publicação que na Conservatória, foi registada a constituição de uma associação denominada: “FUNDO SOCIAL DO COMANDO DAS UNIDADES ESPECIAIS (FS-CUE) - ASSOCIAÇÃO.”

Extrato

Certifico narrativamente para efeito de publicação, nos termos do artigo 9.º, número 1, alínea b) da Lei número 25/VI/2003, de 21 de julho, que nesta Conservatória a meu cargo foi registada, nos termos seguintes, a constituição de uma associação denominada “FUNDO SOCIAL DO COMANDO DAS UNIDADES ESPECIAIS (FS-CUE) - ASSOCIAÇÃO”, contribuinte fiscal número 500011222, com sede na cidade da Praia, de duração indeterminada, tendo por objeto prestar apoio aos seus associados por meio da concessão de subsídios não reembolsáveis, bem como assistência social e financeira em diversas modalidades.

PATRIMÓNIO INICIAL: 1.200.000\$00 (um milhão e duzentos mil escudos)

TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DESIGNADOS:

Conselho de Direção:

Presidente: Victor Manuel dos Reis Lopes; Nif: 104050705.

Vice-Presidente: Ivanilson Pinto Vieira, Nif: 144343428.

Vogal: Suzana Gomes Fernandes Barros; Nif: 108061647.

Vogal: Nilson Jesus Silva Cabral; Nif: 123770319.

Tesoureiro-Secretário: Edmilson Emanuel da Rosa Correia; Nif: 120206641.

Assembleia Geral:

Presidente: António Pedro Gomes Tavares; Nif: 100225977.

Vice-Presidente: Jacinto da Rocha Santos, Nif: 120308720.

Vogal: Adilson Mendes de Oliveira; Nif: 100629474.

Secretária: Elisângela Ferreira Gonçalves; Nif: 108456820.

Conselho Fiscal e Jurisdicional:

Presidente: Emanuel Nascimento de Barros Spínola Semedo; Nif: 117272256.

Vogal: José Catarino da Veiga Silva, Nif: 123734355.

Vogal: José Zito Varela Rodrigues; Nif: 122931300.

Suplente: Victor Manuel Semedo de Afonseca; Nif: 128872004.

Forma de obrigar: 1. A FS-CUE é representada, em juízo e perante quaisquer outras entidades, pelo seu Presidente do Conselho de Direção. 2. Os cheques, ordens de transferência outros documentos de tesouraria da FS-CUE são assinados, conjuntamente, pelo Presidente e pelo Tesoureiro. 3. Nas suas ausências e impedimentos, o Presidente do Conselho de Direção é substituído pelo Vice-presidente e o Tesoureiro por um dos Vogais.

DURAÇÃO DE MANDATO: 2 (dois) anos.

Está conforme o original.

Conservatória de Registo das Pessoas Coletivas, aos 02 de julho de 2025. — O Conservador,
Victor Manuel Furtado da Veiga.



II Série
BOLETIM OFICIAL
Registo legal, nº2/2001
de 21 de Dezembro de 2001

